

## ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Findo o comércio de escravos, após a fase da “pacificação” a economia da Guiné baseou-se na agricultura e no comércio, associada à exploração de madeiras.

Pouco significativa era a indústria, a não ser o artesanato indígena e pequenas oficinas familiares.

Esta época marcou o início da instalação de empresas comerciais e industriais. “Uma dessas companhias foi entregue aos franceses Butler (...). O marquês de Liveri e



Valdusa, italiano, e o português António da Silva Gouveia conseguiram a concessão de outra, a Companhia de Comércio e Exploração da Guiné (...) Em 1894 teve origem uma companhia majestática para exploração agrícola e comercial, a qual poderia tomar conta de todas as terras até então não concedidas e que deveria igualmente manter forças policiais para defesa. Entregue a um consórcio português, dirigido por Mateus Augusto de Sampaio e pelo Conde Val-flor, viu-se no entanto perante uma enorme campanha de imprensa que levou ao seu fim, sem real implantação no terreno. Em 1899, duas empresas belgas propuseram-se a exploração agrícola e comercial, mas tiveram curta duração. Em 1910 ou antes, uma companhia britânica teve

concessão de terreno no arquipélago dos Bijagós, para exploração de óleo de palma e algodão, mas sem que parecesse ter funcionado (...) No final da década de 20 mantinham-se a Companhia Agrícola e Fabril da Guiné (Agrifa) e a Sociedade Agrícola de Gambul, entre outras, poucas, europeias, mas todas com dificuldades financeiras<sup>16</sup>.

Foi a partir de meados do século XIX que o sector agrícola se desenvolveu, modificando-se a estádio então existente com uma agricultura meramente de produção e consumo local, especialmente o arroz e o milho. De grande importância foi a exploração de produtos naturais como a borracha, a palmeira dendém para o aproveitamento do vinho de palma, o coconote e o amendoim.

Depois da I Guerra Mundial, existia uma pequena fábrica de sabão e, na década de vinte, em Bafatá, “uma sociedade com alguma mecanização para diversas actividades e, perto de Bissau, uma fábrica de cerâmica”<sup>17</sup>.

Nos anos cinquenta, nas escolas portuguesas, ensinava-se que as actividades económicas da Guiné abrangiam três áreas:

- Agropecuária;
- Indústrias;
- Exportações/Importações.

A Agricultura compreendia a produção de algodão, cana sacarina, café, borracha, cera, bananas, arroz, coconote, milho, feijão, tabaco, algodão, amendoim e madeiras de cedro, ébano e mogno, criação de gado bovino, suíno e caprino. E nos sertões havia leões, panteras, onças, zebras, hienas e tigres, macacos e serpentes.

---

<sup>16</sup> «Nova História da Expansão Portuguesa», direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. O Império Africano 1890 –1930, coordenação de A.H. de Oliveira Marques. Editorial Estampa 2001.

<sup>17</sup> Idem.

A indústria era baseada na pesca, descasque de arroz, cerâmica, óleo de palma, panos e cortumes.

As exportações compreendiam a borracha, cera, couros, madeiras, arroz, amendoim, óleo de palma e coconote.

As importações compreendiam géneros alimentícios, tabaco em folha, vinhos, álcool, fios de algodão, tecidos, cantaria e pólvora.

Cultivo do arroz na Guiné-Bissau



Na década de sessenta do século XX, o comércio local nos bairros populares de Bissau, baseava-se em lojas mistas onde eram vendidos os produtos de primeira necessidade. Mas junto às bermas das estradas eram vendidas frutas, bem como amendoim e outros produtos.

Comércio ao ar livre



Entre 1970 e 1975, os manuais de História e Geografia de Portugal, na parte específica da Guiné, era referido que o território estava “revestido de abundante vegetação: palmares, florestas em que existem madeiras de muito valor, mangais e savanas. A palmeira dendê cobre, junto ao litoral, vastas zonas. O aproveitamento desta árvore, donde se extraem vários produtos, é a principal ocupação de alguns grupos de população.

A agricultura é a principal fonte de riqueza. Predomina a agricultura de subsistência, feita em pequenas lavras. Os povos das terras à beira dos rios cultivam, em regime intensivo, o arroz. A agricultura de sequeiro, do interior, produz principalmente o milho e o amendoim. Esta oleaginosa destina-se em grande parte à venda, sendo o produto mais exportado. A introdução de novas culturas é muito precária por razões culturais a devido a hábitos ancestrais.

Apesar da tradição agrícola, continua a existir um grande desconhecimento quanto a técnicas mais modernas e adequadas para produzir mais e melhor. Apesar dos apoios das Organizações não Governamentais (ONG), nomeadamente da AMI-Assistência Médica Internacional, as carências são evidentes.



Das florestas obtêm-se madeiras diversas, destinadas principalmente à exportação.

O gado constitui uma fonte de riqueza notável. Principalmente a criação de gado bovino, que interessa a quase toda a população.

Junto ao litoral, em geral em pequenos barcos, faz-se a pesca para consumo local.

As indústrias são pouco importantes; há, no entanto, fabrico de tijolos, serrações e preparação de óleos<sup>18</sup>.

De acordo com os dados macro-económicos<sup>19</sup>, na década de noventa do século XX, o PIB era cerca de 3.900 milhões de dólares, sendo a distribuição percentual dos sectores primário, secundário e terciário, respectivamente, de 22,6%, 35,3% e 42,1%.

Em 19 de Maio de 1979, o Governo esperava que, dentro de três ou quatro anos, a Guiné-Bissau atingisse auto-suficiência alimentar. Segundo afirmou o Ministro da Coordenação Económica, Vasco Cabral, presente na 5ª Sessão da UNCTAD:

“As nossas necessidades de arroz situam-se ao nível das 100.000 toneladas por ano. Neste ano apenas importaremos 20.000 toneladas que significa um grande progresso”.

Nos anos seguintes, a Guiné-Bissau lançou um plano global de recuperação da economia – o chamado «Bloco Prioritário» - que incluía vários sectores tais como a agricultura, pescas, minas e exploração florestal, não só para o abastecimento interno, mas também para incentivar as exportações, onde cabem o petróleo (que não tinha sido explorado no tempo do colonialismo português e parece ter sido claro o interesse por aquele produto por parte dos Estados Unidos da América e da França no acompanhamento da guerra civil na Guiné-Bissau, nos anos de 1998/99), bauxite, fosfatos, madeira serrada, peixe e crustáceos e outros produtos agrícolas.

As deficiências económicas convivem lado a lado com os graves problemas de condições higiénico-sanitárias e carências várias como é o caso da má alimentação e fracos recursos financeiros e bens alimentares da maioria da população. Por diversas vezes têm sido proferidos desabaços de alguns guineenses afirmando terem saudades do tempo em que Portugal estava na Guiné. A verdade é que acabou a guerra contra o colonialismo português, mas, com muita frequência, repete-se guerra, mas entre os próprios guineenses, o que não facilita o desenvolvimento das potencialidades existentes no país. De tal maneira que, no ano 2000, a esperança de vida dos guineenses era de 49,5 anos.

Para além do apoio financeiro pela Comunidade Económica Europeia (CEE), - no total de 50 milhões de dólares - o Fundo Monetário Internacional (FMI) acabou por intervir nos problemas económico-financeiros da Guiné-Bissau, impondo restrições fortes na

<sup>18</sup> «História e Geografia de Portugal», para o ciclo Preparatório do Ensino Secundário de 1970-1971 a 1974-1975, 2º ano, de Maria Helena de Almeida Cavaco e Maria Helena Porto Costa. Editora Verbo Escolar

<sup>19</sup> Compilados de diversas fontes.

tentativa de serem minorados tais problemas. Os programas de ajustamento estrutural implicaram, nomeadamente, reduzir funcionários públicos, num total de 1.500 ao longo do ano de 1990, que faziam parte de um elenco de 16.000 ao serviço do Estado guineense.

Em 1997, segundo os indicadores do Banco Mundial, a Guiné-Bissau continuava a ser uma das mais pobres ex-colónias portuguesas, tendo o défice público atingido 18,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Com o conflito armado, iniciado no dia 7 de Junho de 1998, e terminado em 6 de Maio de 1999, houve reflexos negativos no sector económico, com uma quebra em cerca de 28% do Produto Interno Bruto (PIB), bem como um acentuado desequilíbrio nas contas nacionais.

### **Produto Interno Bruto (PIB) (a preços de mercado)**

(Em milhares de milhões de francos - CFA)

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
124,1	139,3	156,8	121,3	134,4	159,9	179,6 a)

.Fonte: Comissão da União Económica e Monetária de África Ocidental

a) Previsão

Em 1999, a agricultura, que fornecia matéria prima para algumas indústrias, continuava a ser a principal actividade da população rural, existindo também a indústria de cerveja e refrigerantes, mas havia um grave problema no custo dos produtos, atingindo a taxa da inflação um valor elevado na ordem dos 26%.

Em 2004, a castanha de Caju era um dos principais produtos agrícolas, resultante de um programa de incentivos à agricultura, que contribuiu muito para o volume das exportações.

Naquele ano, surgiu um conjunto de hotéis virtuais, cujo objectivo mais não era senão uma forma de negócio pouco claro, com uma vertente fraudulenta. Ninguém na Guiné-Bissau conhecia a existência dos hotéis, à beira-mar, que eram anunciados na Internet, por exemplo “Bolama”, “Paraíso”, “Amílcar Cabral”, “Naval Hotel”, porque eram todos virtuais. Os anúncios na Internet teriam levado muitos turistas e homens de negócios à Guiné-Bissau. Mas quando lá chegavam, não encontravam os hotéis de luxo anunciados a partir dos ciber-cafés de Bissau, por “clientes” que, pouco tempo depois, desapareciam de circulação e voltavam outros.

Em 2005, o Banco Mundial – que já vinha apoiando projectos em vários sectores – predispôs-se apoiar a reconstrução do Parque Industrial de Brá, que tinha sido muito danificado durante a guerra civil de 1998/1999.

Neste ano, o PIB “per capita” era de 711 dólares, quando, em 1974, era de 250 dólares, tendo baixado para 100 dólares, em 1994.

Em 2006, a Guiné-Bissau tinha 270 quilómetros de costa marítima e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas náuticas. A riqueza em pesca era um incentivo para a pesca ilegal por barcos estrangeiros, ao ponto de, naquele ano, terem sido apesados 40 barcos de pesca da Coreia do Norte e do Sul, da China e da Itália. Mas também dos países vizinhos (Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Gana e Libéria) foram capturadas centenas de pequenos barcos (pirogas) que pescavam ilegalmente.

As potencialidades turísticas da Guiné-Bissau foram e continuam a ser grandes, especialmente no arquipélago dos Bijagós. Onde a guerra não chegou, houve sempre um certo incremento turístico, embora mitigado pelos condicionalismos militares que limitaram a fraca captação de turistas.

Com a adesão da Guiné-Bissau, em 31 de Maio de 2006, à Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), proporcionou-lhe desenvolver um plano estratégico de crescimento económico abrangendo o sector do turismo como uma das prioridades de desenvolvimento. Para as ilhas dos Bijagós foram previstos dois projectos, cujo custo rondou 300 mil euros, para a instalação de infra-estruturas com 5.000 camas, porto, marina, aeroporto, hospital e centro de saúde.

As perspectivas futuras são optimistas também porque em Março daquele ano aderiu ao Fundo Africano de Garantia e Cooperação Económica, que foi criado em 1997 para promover o desenvolvimento dos países membros